

A CARTOGRAFIA DOS PODERES. DA MATRIZ AFRICANA À ORGANIZAÇÃO COLONIAL DO ESPAÇO

Maria Emília Madeira Santos¹

pp 129-143

Introdução

O projecto de Cartografia, que apresentei anteriormente neste colóquio, revelou a possibilidade de estudar não só as formas coloniais de uso e representação do espaço, como também as modalidades africanas de relação com esse mesmo espaço (Santos, 2007). A verdade é que, quando a política internacional demarcou as fronteiras coloniais, faltava ainda conquistar e ocupar todo um espaço imenso que continuava organizado e usado pelas formações políticas africanas. À cartografia dos exploradores científicos, Capelo, Ivens, Serpa Pinto, Henrique de Carvalho e outros acrescentava-se agora a da própria Comissão de Cartografia, a das campanhas militares, dos serviços geológicos, obras públicas, serviços meteorológicos, e de qualificados cientistas autónomos.

Os agentes e as estratégias de domínio e hegemonia coloniais não podiam dispensar a cartografia como instrumento eficaz e necessário a todo esse processo. Esta cartografia, instrumento de domínio e colonização, é também uma cartografia do poder e dos poderes, e por isso está tão atenta à posição do forte militar e às estradas carreiteiras como à localização da embala do soba, das povoações dos seculos e dos caminhos gentílicos ou de pé posto.

Esta característica reforça ainda mais a ideia, subjacente a este colóquio, de que mais do que fazer a História da Cartografia,

¹ IICT – Lisboa.

é fundamental saber fazer um uso crítico da cartografia como fonte, com um estatuto comparável ao do documento escrito. O nosso projecto deu já origem a estudos com esta metodologia, tendo como ponto de partida a carta, e usando a documentação escrita como contraponto (Costa; Macieirinha; Santos).

Esta cartografia conta uma história, encerra uma dimensão diacrónica. Não é apenas o retrato de um momento, que corresponda a uma situação estabelecida. Através dela, juntamente com relatos da época, é possível reconstituir uma História dos sítios do poder e das populações que os habitavam.

Chegar à África dos Africanos, através da cartografia colonial

Durante o período heróico da cartografia executada para «dar a conhecer», o cartógrafo registava o que os seus modelos mentais lhe permitiam compreender da realidade africana, tal qual ela existia antes da ocupação colonial, e sobrepunha-lhe as primeiras marcas da administração civil e militar, e respectivas comunicações. Nesta fase, algumas cartas reuniam representação cartográfica e informação escrita, quando os sinais da legenda não podiam multiplicar-se até corresponderem a pormenores da vida local, como seja o vau do rio onde atravessavam as manadas.

Ali ficavam plasmadas para o futuro, a organização política, as hierarquias políticas e sociais, as técnicas hidráulicas, as produções agrárias e pecuárias, a religião e os lugares sagrados, a fauna, a flora, etc. Eram os poderes e os saberes africanos, timorenses e outros, que uma vez apropriados e submersos ou controlados, não reapareceriam mais na cartografia impressa nem no discurso oficial.

Esta cartografia de grande escala, reservada e de acesso restrito, guardou a imagem de uma África pré-colonial que foi sendo submergida à medida que se instalava o sistema colonial e a cartografia impressa recobria o espaço na totalidade. Por algum tempo, a cartografia divulgada fez ainda coabitar elementos dessa imagem com a reorganização colonial. Depois as marcas do passado africano foram progressivamente encobertas pela administração militar e civil.

Quando as várias missões científicas do Ministério do Ultramar (ou das Colónias, consoante as épocas) se articulam com as missões

das fronteiras, usando técnicas cada vez mais avançadas e servindo objectivos específicos da política colonial, as marcas da África pré-colonial deixam completamente de ser registadas na cartografia impressa. Quando as missões geodésicas e outras, se tornaram trabalhos de rotina, a exploração do continente africano perdeu o carácter de aventura abrangente e fascinante da primeira fase. Tornava-se também um trabalho metódico, conservando, porém, a cartografia como instrumento de saber e poder para avaliar e valorizar as riquezas e as populações coloniais.

A cartografia que aqui nos interessa, tendo constituído um processo relativamente curto no tempo, funciona como um interface cuja abrangência cronológica se estende, por um lado, em direcção ao passado pré-colonial e, por outro, atinge a actualidade, não só pela permanência das fronteiras coloniais, mas também pelo reaparecimento da toponímia tradicional, como exemplos mais evidentes.

O que lá está: a matriz africana

Assim, esta comunicação toma como objecto de análise a cartografia manuscrita de grande escala que serviu de base para a preparação de cartas mais abrangentes, mas que por isso mesmo, precisaram e optaram por rejeitar informação mais detalhada, em especial aquela que dizia respeito aos usos africanos do espaço.

Convém aqui lembrar que a cartografia europeia vai representar o espaço africano, através de instrumentos cognitivos europeus, que por sua vez decorrem de concepções europeias do espaço. Há uma distância entre a realidade que se representa e as categorias mentais que transportam aqueles que procedem a essa representação. Mas apesar disso, a informação transmitida, devidamente criticada, oferece-nos aspectos que não encontramos registados em nenhum outro lugar.

As cartas de grande escala proporcionam acesso à organização do espaço, à distribuição dos povos, à hierarquia dos poderes, aos caminhos e até às guerras e movimentos de populações. A cartografia manuscrita tudo regista para não apagar as autoridades tradicionais, potenciais inimigas derrotadas ou submetidas por assinaturas de

tratados, mas que a qualquer momento podem reorganizar-se para resistir e atacar.

Os delegados políticos que as potências coloniais passaram a enviar para as cortes africanas, como residentes (Olivier, 1991, p. 209), ao procurarem as fronteiras dos domínios dos chefes com quem assinavam tratados, encontravam, realidades intangíveis, impossíveis de representar numa carta, porque o território move-se com os homens. Se por um lado a ausência de fronteiras, no sentido europeu, lhes facilitava a ocupação de um espaço politicamente vazio, por outro lado a sua definição, mesmo fluida, facultava uma «base legítima» para delimitação das fronteiras coloniais que começavam a delinear-se nos mapas (Edwards, 1962, pp. 10 ss.).

As grandes formações políticas da África Austral, não correspondiam a um espaço territorial bem delimitado; aí predominavam os sítios e os caminhos que os ligavam entre si (Cambrezy, 1995, p. 132).

Nestes espaços africanos estruturados e polarizados em rede moviam-se vassalos e chefes, escravos e senhores, aristocracias, homens e mulheres, famílias, velhos e novos, iniciados e não iniciados. Era a pertença a uma ou a outra categoria que determinava a relação com o espaço. A mobilidade sob diferentes formas – viagem, transferência, peregrinação, iniciação, errância, exílio, conquista, razia, troca, retorno, migração, etc – intervinha não só na formação pessoal do indivíduo, na sua iniciação, mas também na sua legitimidade, no seu estatuto dentro do grupo social e na relação com esse grupo e com o espaço. Existiam portanto muitas posições simbólicas que estruturavam as práticas africanas do espaço: espaço conhecido e desconhecido, mundo visível e mundo invisível, espaço do quotidiano e espaço da iniciação, mundo humanizado e mundo selvagem.

Era o conjunto das populações tributárias – por vezes de várias etnias – que identificava um reino. O rei conhecia o valor do tributo que cada vassalo podia pagar-lhe, o número de guerreiros que se lhe devia reunir em caso de guerra, a mão de obra, em caso de grandes construções e ainda a localização e disponibilidade das povoações obrigadas a acudir-lhe numa situação de fome ou de carência. (Santos, 1998d, p. 111). Aí, a noção de território delimitado anulava-se perante a predominância dos sítios centrais e da rede de caminhos que os liga.

Esta secundarização do território relativamente à população, na definição das formações políticas africanas, deve portanto interpretar-se tendo em conta, por um lado, as movimentações de pessoas, seus haveres e gados, mesmo não sendo nómadas; por outro, o fraco povoamento e a existência de grandes extensões desertas, embora percorridas por comitivas representantes do poder, caravanas comerciais, exércitos em marcha, tributários efectuando a ligação ao sítio do poder e expedições, antes para a captura de escravos, depois para a colecta de produtos naturais.

A caça aos elefantes levava os caçadores a zonas de floresta cuja soberania nunca tinha sido definida ou apenas passava a sê-lo após reconhecida como área de colecta lucrativa. Os caçadores, protegidos por rituais que lhes conferiam uma protecção sobrenatural, eram os detentores do acesso ao mundo selvagem.

Por sua vez, no mundo humanizado era frequente a localização da corte mudar com a morte do chefe e a elevação do sucessor. Também as áreas de caça, agricultura e pastagem, correspondentes à corte (Santos, 1998c, pp. 283-290; *id.* 1998b, pp. 305-319) podiam mudar, sem que as estruturas sociais e políticas conhecessem alguma alteração.

As estruturas intermédias de articulação entre a corte e os vassalos eram frágeis o que permitia a estes apresentar um tributo inferior ao estabelecido. Por isso as razias nas zonas mais ricas eram frequentes, como forma de assegurar a manutenção da estrutura política, materializada pelos homens, os tributos e os serviços prestados ao suserano.

Jean-Loup Amselle designa este tipo de articulação por «chaîne de sociétés» (Chrethien, 1989, pp. 101-102), enquanto Jean-Luc Vellut considera o Estado na África Central como uma «rede de domínio horizontal» (Vellut, 1980, pp. 108-109) e ainda, segundo Luc-Cambrézy, «réseaux, arborescence» (Cambrézy, 1995, p. 138).

Nestas estruturas os caminhos abertos ou fechados, segundo as circunstâncias, eram de primordial importância para a estabilidade da interligação entre os vassalos e o suserano. Mas, a partir de meados do século XIX, determinavam o controlo da relação com a costa, estabelecida pelas caravanas comerciais. A posse destes caminhos pertencia aos chefes africanos, a serventia era cedida ao comércio de longa distância.

A intervenção das tecnologias europeias na navegação fluvial a vapor, na abertura de estradas para carros e finalmente no uso do camião

aniquilou o poder africano sobre as comunicações que estabeleciam a relação litoral-interior em que eles tinham tido sempre a última palavra (Santos, 1998a, pp. 503-505).

Submersão da matriz africana. Sobreposição da malha colonial

Como se vai relacionar o poder colonial com esta matriz? Impondo-lhe a sua própria matriz. A malha colonial inicial, marcada pela presença de um forte militar, construído a pequena distância de uma embala ocupada, sendo esta servida por caminho de pé posto e aquele por uma estrada carreteira, multiplicou-se desde o Cuanhama ao Moxico.

A cartografia da época ilustra bem a proximidade dos sítios do poder africano, conquistados pelas campanhas da ocupação, e os do poder militar, implantados pela recente administração colonial, cada um deles servido por comunicações que lhe eram próprias.

O Sambo, o Bié, o Bailundo, a N'giva, Nana-Candundo são apenas alguns exemplos para um período de transferência de poderes e de reorganização do espaço, em que a permanência da embala, legitimada pelo poder militar colonial, constitui ainda ela própria a legitimação da presença do forte colonial. Aliás os melhores sítios para viver, agricultar, caçar, defender e dominar estavam seleccionados e ocupados pelas cortes dos chefes locais, havia muito tempo. E foi também por esta razão logística que os fortes militares e os novos postos administrativos se implantaram na proximidade dos antigos sítios do poder africanos.

Os chefes africanos não tinham possibilidade de oferecer resistência organizada à distorção que os europeus estavam a exercer sobre a «geografia política indígena» demarcando as fronteiras coloniais e submetendo o território ocupado no hinterland à nova grelha colonial. No entanto as sociedades africanas dispunham já de experiências e informações sobre os Europeus. E ao assistirem à disputa do espaço africano e à definição de fronteiras fixas aperceberam-se do valor político dos seus territórios e da capacidade de negociação que eles próprios detinham.

O exemplo da soba Nacatolo do Lovale é deveras significativo. Ainda antes de 1902, Nacatolo foi visitada, na sua corte de Nana-Candundo, pelo residente inglês na corte do Barotze, que a presenteou e informou que era vassala do chefe Lewanika e conseqüentemente da Inglaterra.

No ano seguinte, de 1903, recebeu o chefe do posto militar português do Moxico, tendo sido assinado um «Auto de declaração do soba principal desta região do Lobale, Nacatolo, acompanhada dos seus quilolos». O posto militar passaria a chamar-se de Nana-Candundo²

Muitas embalas foram conquistadas e destruídas, os sobas afastados e substituídos, as hierarquias secundárias mantidas como intermediários administrativos entre o poder colonial e as populações (Almeida, 1936, pp. 388-390).

O ritmo da conquista acelera-se desde a década de 90 do século XIX. A conquista, a substituição do chefe, a construção do forte, o estabelecimento da malha administrativa seguiram uma sequência semelhante em todas as áreas «pacificadas» pelo exército colonial.

Referirei agora dois exemplos afastados, quer cronologicamente (1890 e 1915), quer no tipo de relação mantido entre os sobas africanos e a aproximação das autoridades coloniais.

Se começo pelo caso do Bié é porque, para além do significado político-militar, traz consigo a mudança de toda uma série de estruturas económicas, de serviços e de comunicações que correspondiam ao comércio de longa distância, partilhado por sertanejos brancos e negros, pombeiros e carregadores e pelo próprio soba, e que a curto prazo seriam substituídas pela administração colonial, as companhias comerciais, as estradas carreteiras, os carros boers e por último os camiões.

Na madrugada de 31 de Março de 1890, incapaz de chamar à razão os militares portugueses (Paiva Couceiro e Teixeira Pinto) e desautorizado pelo soba do Bié, na própria corte de Ecovongo, Silva Porto suicidou-se (Santos, 1991).

Em fins de Outubro, chegava ao Bié uma força expedicionária, para vingar a morte do sertanejo, comandada pelo capitão Artur de Paiva e composta por militares de cavalaria, artilharia e caçadores, num total de 591 combatentes. Cinquenta carros boers puxados por 800 bois (e conduzidos por boers, bastardos e damaras) carregavam os mantimentos e a artilharia (Paiva, 1938, I, p. 193)³.

² *Memória sobre a Fronteira Ocidental do Barotze*, Lisboa, 1902, pp. 22-23. «Memória sobre a colónia penal portuguesa do Lovale», *Questão do Barotze*, Lisboa, 1903, Anexos.

³ A expedição era composta por 9 oficiais, 10 oficiais subalternos, 354 cabos e soldados artilheiros, cavaleiros e caçadores e ainda por 218 auxiliares, num total de 882 homens.

A própria coluna expedicionária destacou uma força de 100 homens para desbravar caminho. O comboio em marcha ocupava quatro quilómetros e à sua passagem os rodados dos carros deixavam aberta uma estrada carreteira (id., ib., p. 194).

A 4 de Novembro, era tomada a embala do Bié. Ecovongo já impressionara os exploradores Capelo e Ivens, que admiraram particularmente a pujança das árvores seculares e o ambiente que se respirava sob aqueles gigantes protectores.

Artur de Paiva, que não seguiu pelo caminho oficial da corte, franqueado aos visitantes, observou o bosque sagrado, mata fechada que foi preciso cortar para que a artilharia atingisse a paliçada da maior embala que tinha visto. Dois quilómetros e meio de circunferência e uma população de oito mil almas. A paliçada era de pau-ferro apoiada nas grandes incendeias que formavam dois círculos concêntricos. O círculo interior teria um quilómetro de circunferência. O *lombe*, reservado ao soba e familiares, edificado sobre um cabeço, dominava uma boa nascente de água. Na praça de audiências a cadeira de baloiço vazia e o manto do soba caído comprovavam a fuga do soba Dunduma. A embala começava a arder (id., ib., pp. 206-210).

Quatro dias depois, procedeu-se à eleição do novo soba que prestou vassalagem e foi investido no poder por Artur de Paiva. De imediato iniciou a reedificação da antiga embala, no sítio onde repousavam os seus antepassados.

Uma semana mais tarde, procedia-se ao restauro da libata de Silva Porto preparando-a para servir de forte, quartel e residência do futuro capitão-mor. Era o forte militar de Belmonte que passava a representar a ocupação colonial do Bié. A 15 de Dezembro, Artur de Paiva entregava «com as formalidades do estilo ao tenente Evaristo Simplício de Almeida a capitania-mor do Bié» (id., ib., pp. 217-226). Pouco depois preparava-se a instalação da missão católica do Espírito Santo, o padre Leconte afirmava: «Agora temos garantidas as duas condições (...) que são as comunicações e a segurança; e com efeito, a estrada dos carros é magnífica, os povos estão sossegados e os régulos de todo mansos» (id., ib., p. 231). É sabido que houve ainda muitas resistências no planalto de Benguela, mas a malha colonial estava lançada, beneficiando da antiga presença sertaneja e da ligação regular com a costa.

No sul de Angola, de recente colonização portuguesa, a forte resistência dos Cuanhamas e alguns revezes do exército colonial na região justificaram um outro tipo de ocupação militar sistemática.

É na campanha de 1915 contra os Cuanhamas na sua capital N'giva, que se inicia o uso dos camiões automóveis. Os serviços excelentes prestados pelos carros boers no Bié, no Bailundo e no Moxico, entre outros, dependiam do alimento e da água para os animais. No sul a obtenção da água era um problema que colocava o exército na mão das populações locais.

No final das operações ficou completa a estrada de automóveis desde a linha do caminho-de-ferro até ao interior do distrito da Huíla. O trajecto entre Mossâmedes e a N'giva, que anteriormente se fazia em 60 a 80 dias passou a poder fazer-se em 36 horas

A rapidez do avanço sobre a N'giva, a capital, ficou a dever-se aos camiões, embora os carros boers seguissem na retaguarda. As populações não conheciam a velocidade nem o rendimento do motor das novas máquinas de transporte.

A embala foi encontrada no dia 4 de Setembro ainda fumegante, pois o chefe Mandume, surpreendido pela aproximação inesperadamente rápida da coluna militar, mandara atear-lhe fogo e fugira com os seus súbditos para a área de influência alemã. Aí se estabeleceu continuando a exercer o poder sobre os seus dependentes, uma vez que a apropriação colonial do espaço, de facto, nada dizia às populações. O poder continua a exercer-se em relação a um entendimento pré-colonial do espaço, isto é, o poder exercia-se sobre as pessoas, já que, nesse contexto pré-colonial o parentesco e as relações de dependência que dele decorriam tinham um maior peso político do que a posse literal da terra. Já do lado do colonizador, o forte militar foi construído sobre o próprio espaço da embala destruída, revelando a vontade de, através de uma sobreposição material em que o forte substitui a embala, eliminar o sítio do poder africano.

Observemos agora exemplos de cartas de grande escala que nos contam histórias de encontros e coexistências, confrontos e destruições das matrizes em análise: africana original e colonial.

Nesta carta do início do século XX é bem visível a posição estratégica do forte militar Teixeira de Sousa em relação à embala do Sambo

(Mapa. 1)⁴. Isto significa que a ocupação colonial estava concluída, até cerca de 450 quilómetros a partir de Benguela, (cerca de 80 quilómetros para leste de Caconda), através da presença do poder administrativo e militar e da situação de submissão do soba e seus seculos ao capitão-mor do forte.

Relativamente aos caminhos, temos um «caminho de carro» até Caconda e, a partir daí até ao Sambo, um caminho de «gentio», intercalado, junto dos fortes, por troços de «caminho de carro».

Neste itinerário, sobressai o antigo forte de Caconda a cerca de 380 quilómetros de Benguela, guarda avançada do hinterland, havia séculos, a que agora se seguem no sentido do interior, o forte de Cui-ma, com dois bastiões, como marca do poder colonial no Huambo, o forte Teixeira de Sousa, resultante das campanhas de ocupação militar e, a pouca distância, a embala do Sambo, que se erguia num monte, aparentemente mais defensável do que a planície em que assentava o forte, com um dos bastiões virado para a embala.

O itinerário regista seis embalas dispersas, guardando a devida distância dos fortes e afastadas mais de 300 quilómetros do litoral: Capoco, a 160 quilómetros de Caconda e a 100 do Sambo, Bongurulo, Osul, embala antiga de Canduro, embala grande de Cambuco a 40 quilómetros de Caconda e a 330 de Benguela

A mobilidade das embalas pode ser comprovada neste mapa. No cimo de um monte íngreme avistava-se um «círculo» de embondeiros da antiga embala do Canduro, potentado poderoso, que no séc. XIX disputava o poder sobre os caminhos com a capitania-mor de Caconda.

Quanto ao povoamento colonial verifica-se aqui uma característica que vamos encontrar cada vez mais, à medida que a ocupação militar avança. Os estabelecimentos de europeus no interior guardavam sempre distância relativamente às autoridades coloniais e às embalas. No caminho para Caconda, o mais antigo forte do Sul de Angola, encontramos residências de portugueses e boers isoladas, mas relativamente próximas umas das outras, o suficiente para se defenderem e auxiliarem.

No sítio de Vissapa observam-se os estabelecimentos de três portugueses, João Correia, Gonçalves, Candeias e de dois boers, Pretórius e Daniel. Próximo vive ainda Theodoro da Cruz. Mais afastado, junto

⁴ Ver final do artigo

à estrada, o sítio do Mayer provavelmente também boer, com grande residência, alpendre e cubatas.

Mas este povoamento, tal como a situação das embalas dos chefes africanos, só aparece a mais de 300 quilómetros de Benguela. Era a partir desta distância que se estava no sertão. De certo modo fora do alcance das autoridades do litoral e em contacto distanciado com os parceiros africanos; com a devida autonomia; próximo dos seus companheiros de aventura para garantir a solidariedade sertaneja, abrangidos pela segurança conferida pelo forte militar que, a qualquer momento podia recrutar estes moradores para a defesa ou para o ataque numa situação de guerra.

O posto militar de Quipungo é um exemplo da matriz mais comum da malha da ocupação colonial (**Mapa 2**)⁵, cobrindo o espaço africano e submetendo as relações de europeus-africanos e litoral-interior a uma nova dinâmica

A indiferença do traçado das estradas carreteiras para com a localização das povoações africanas e dos estabelecimentos comerciais é por demais evidente. Alias João de Almeida, já em 1911, podia afirmar que os africanos «fogem dos caminhos trilhados pelos brancos e mudam as suas povoações para longe. Há por isso, extensas zonas atravessadas por estes caminhos que, povoadas noutros tempos, se encontram presentemente sem habitantes» (Almeida, 1911, p.593).

Os interesses da política colonial e os dos sertanejos também estavam longe de coincidir. Aquilo que era referido nos mapas como «povoações comerciais» consistia em pequenos estabelecimentos de venda a retalho instalados ao longo dos caminhos tradicionais, sem qualquer relação aparente com as embalas e libatas dos chefes africanos e evitando visivelmente a proximidade da circunscrição civil, isto é do poder colonial.

O forte instalou-se próximo da embala grande, mas não ligado a ela por estrada. Em compensação dele irradiavam cinco estradas: para Caconda, Chibia, Quilengues, Capelongo, Lubango. Num arco de círculo em volta da embala grande de Quipungo e do forte do mesmo nome organizavam-se quatro embalas de sobas secundários e 30 libatas de seculos, só ocasionalmente servidas pelas estradas carreteiras, abertas para ligar os estabelecimentos coloniais.

⁵ Ver final do artigo

A definição deste modelo de ocupação, sobreposto à matriz africana do uso do espaço, que na maioria das vezes se seguia às campanhas de ocupação, foi conseguido pela autora após a apreciação de muitas outras cartas geográficas da mesma época, para várias regiões de Angola e Moçambique, cruzadas com relatórios administrativos, militares, de obras públicas, de missões religiosas, da opinião de jornalistas e depoimentos de viajantes.

A área do Sul de Angola, entre o Cunene (Ruacaná) e o Cubango (Catima), fronteira sul da colónia, delimitada em negociações até 1927, foi objecto de grande produção cartográfica de grande escala, que ficou na reserva dos documentos manuscritos. Entre 1904 e 1927, foram produzidos oito mapas deste tipo. Referiremos aqui apenas dois:

Esboço da Capitania-Mór do Cuamato pelo Tenente Marinho, 1919.

Esboço da Capitania-Mor do Cuanhama, 1919. **(Mapa 3)**⁶

No primeiro mapa coabitam as povoações autóctones, os fortes, as estradas, os caminhos e as reservas de água, de primeira importância na área. São registadas as povoações dos chefes das *mucundas* (mais de meia centena) com os seus nomes em maiúsculas e dentro dos limites de cada *mucunda* os topónimos dos *chilongos*. A maior concentração de *mucundas* e *chilongos* encontra-se dentro do triângulo estratégico formado pelas estradas que irradiam dos postos do Cuamato, Otoquero e Damaquero, ficando assim controladas pelo trânsito militar. Neste caso não se evidencia uma matriz com um centro dominante de onde irradiam caminhos e estradas, mas uma ordenação do espaço em função de cacimbas e mulolas, portanto da existência de água (Fig. 3). Aqui, a apropriação do conhecimento autóctone, registado cartograficamente, torna-se mais importante para o controlo administrativo das populações e para a permanência dos quadros coloniais.

Relativamente ao Cuanhama, conquistado em 1915, o mapa de 1919 revela rápidos progressos na ocupação e no aproveitamento de estruturas políticas de comunicações e outras, todas elas já existentes (Fig. 4). A N'Giva, sítio da antiga embala grande, sobre que se

⁶ Ver final do artigo

ergueu o Forte do mesmo nome, mantinha a sua posição de sítio central. Para sul surgem mais três fortes: Ompanda, Matemba, e Chiede, todos ligados entre si por estradas e também ao forte da N'Giva. Em conexão com as estradas, os caminhos ligavam as *mucundas* e *chilongos*. Aqui, contrariamente a outras áreas, as estradas coloniais seguiam de perto o traçado dos caminhos antigos, visto tratar-se de uma zona seca em que a água determina o traçado das vias de comunicação, sejam elas para carregadores, carros boers ou camiões.

Este cenário de guerra, de forte presença militar, boas comunicações e segurança no trânsito automóvel, não comporta qualquer estabelecimento comercial ou residência de europeu, visto que a resistência dos Cuanhamas impedira qualquer contacto antes da conquista militar. A uniformização da organização política e o povoamento colonial, que pressiona directamente as populações africanas e resulta na reordenação do espaço, só viria a surgir nos mapas a partir de 1921, quando desaparece a representação da matriz africana, submersa pelo poder do sistema colonial.

Conclusão

O estudo deste processo de construção das cartas coloniais e sobretudo a valorização e recuperação das fases preparatórias, como instâncias válidas de informação – quer dizer daqueles primeiros mapas de grande escala (que esta comunicação procura explorar), a partir dos quais se chegou, depois, a uma versão mais oficial – tem a vantagem de nos conduzir a períodos cronológicos muito mais vastos e de contribuir para uma mais ampla compreensão de outros fenómenos: quer dos que ali estão, vindos do passado quer dos que ainda hoje se podem recuperar. A hipótese de reconstituição da cartografia dos poderes, num horizonte cronológico vasto, que abarque a história e a actualidade, que abarque as realidades pré e pós-coloniais, só poderá estar completa com a colaboração de outras cientistas sociais. O conhecimento que a cartografia oferece pode e deve ser complementado com os dados da arqueologia, que urge fazer em Angola, e da antropologia que permitirá indagar da «sobrevivência» daquela matriz africana (usos e representações do espaço), nas sociedades após a independência.

Bibliografia

- ALMEIDA, João de, 1936, Sul de Angola. Relatório de um Governo de Distrito (1908-1910), 1ª ed. 1911, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- AMARAL, Ilídio do, 1980-1981, «Entre o Cunene e o Cubango ou a propósito de uma fronteira africana», Garcia de Orta, série geografia, Lisboa, IICT, 6 (1-2), pp. 1-50.
- CAMBREZY, Luc, 1995, «De l'information géographique. Une liaison subordonnée à une certaine vision de l'espace», Luc CAMBREZY et René de MAXIMY, eds., La cartographie en débat. Représenter ou convaincre Paris, Karthala-Orstom.
- CHRETHIEN, Jean- Pierre, 1989, «Les clivages ethniques dans la longue durée de l'histoire africaine», Les ethnies ont une histoire, Paris, Ed. Karthala.
- COSTA, Nuno André, 2006, «Cartografia científica, cartografia de propaganda: Confronto institucional entre a Comissão de Cartografia e a agência Geral das Colónias» O Domínio da Distância, coordenação de Maria Emília Madeira Santos e Manuel Lobato, Lisboa, História e Cartografia, IICT.
- EDWARDS, Adrian C., 1962, The Ovimbundu under two Sove L'reignties. A Study of Social Control and Social Change among a People of Angola, Oxford University Press.
- ESTERMANN, Carlos, «Les Bantous du Sud-Oueste de l'Angola», Etnografia de Angola, vol.2, Lisboa, IICT.
- MACIEIRINHA, Jorge, 2006 «O Sudoeste de Angola em 1929, segundo a Comissão de Cartografia: a elaboração de um mapa», O Domínio da Distância, Lisboa, História e Cartografia, IICT.
- SANTOS, Maria Emília Madeira , 1991, «Para uma melhor compreensão histórica da morte de Silva Porto», Stvdia, Lisboa, CEHCA/IICT, 50, pp.49-57.
- 1998a, «A relação litoral-interior na dinâmica da abertura da África ao mundo exterior», Nos Caminhos de África. Serventia e Posse. Angola Século XIX, Lisboa, CEHCA/IICT.
- 1998b, «Os Lozi e o Zambeze. A água e a organização do espaço», Nos Caminhos de África. Serventia e Posse Angola Século XIX, Lisboa, CEHCA/IICT.

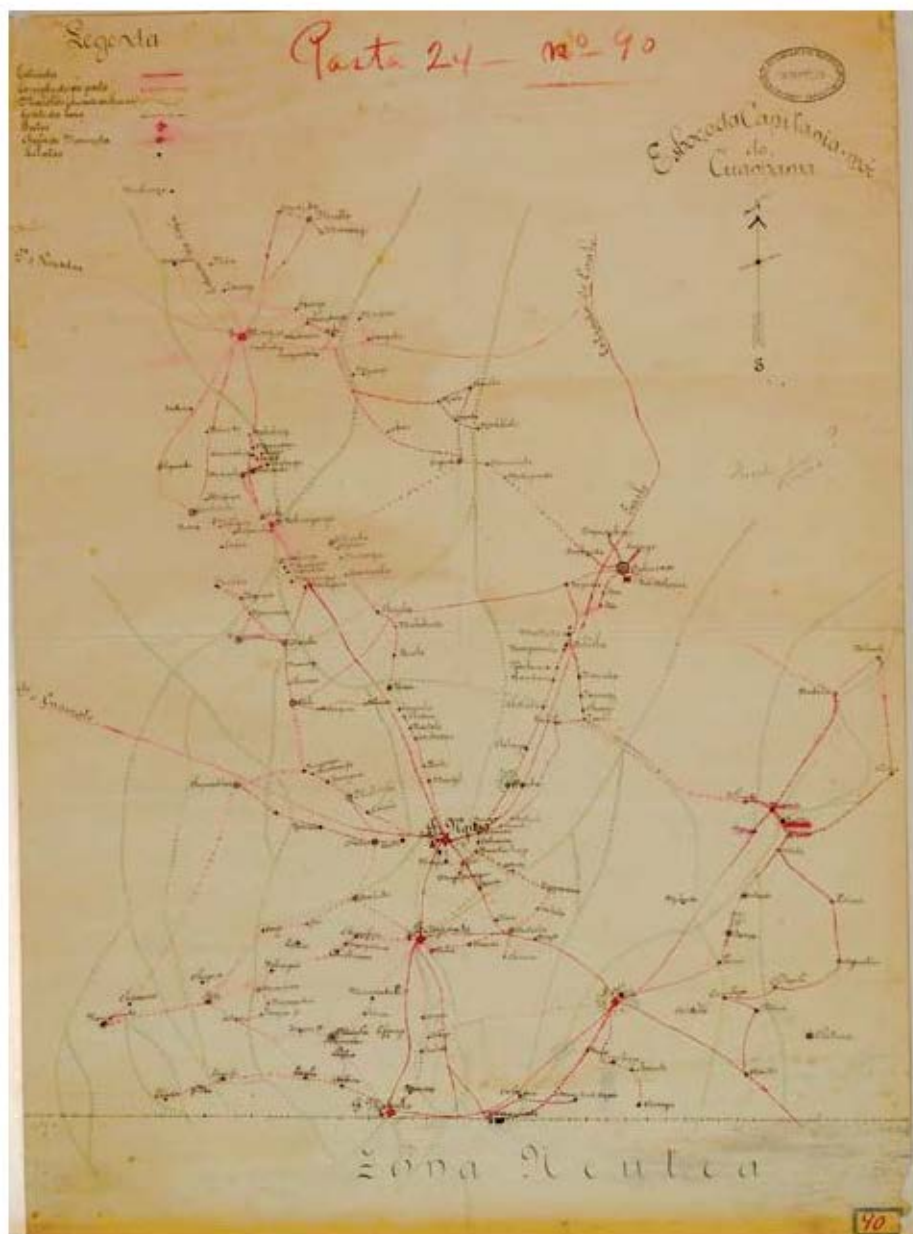
- 1998c, «Rituels et commerce à longue distance en Angola», Nos Caminhos de África. Serventia e Posse. Angola Século XIX, Lisboa, CEHCA/IICT.
- 1998d, «Trajectória do comércio do Bié», Nos Caminhos de África. Serventia e Posse. Angola Século XIX, Lisboa, CEHCA/IICT.
- 2007 (no prelo), coord., Comissão de Cartografia Virtual DVD. Produto do Projecto «Cartografia, Política e Territórios Coloniais. Comissão de Cartografia (1883-1936): um Registo Patrimonial para a Compreensão Histórica dos Problemas Actuais».
- Memória sobre a Fronteira Ocidental do Barotze, 1902 Lisboa.
- «Memória sobre a colónia penal portuguesa do Lovale», Questão do Barotze, 1903, Lisboa, Anexos.
- NASCIMENTO, J. Pereira do, MATTOS, A. Alexandre de, 1912, A Colonização de Angola, Lisboa
- OLIVIER, Roland, 1991, A Experiência Africana, , Rio de Janeiro.
- PAIVA, Artur de, 1938, Artur de Paiva, vol.1, prefácio de Gastão Sousa Dias, Agência Geral das Colónias.
- VELLUT, Jean-Luc, 1980, «África central do oeste em véspera da partilha colonial : um esboço histórico do século XIX», África, 3, S. Paulo, pp.73-120.

Cartografia

- Itinerário- Esboço. De Benguela ao Sambo por Caconda .Pelo Tenente Luis Augusto de Pina Guimarães s.d. [1903], Colecção do CEHCA / IICT.
- Posto Militar de Quipungo. Circunscrição Militar da Chibia, croquis do recenseamento de 1919-1920.Colecção do CEHCA / IICT.
- Esboço da Capitania Mór do Cuamato, pelo tenente Marinho, 1919 . Colecção do CEHCA /IICT.
- Esboço da Capitania Mór do Cuamato, s.d. [1919].Colecção do CEHCA/ IICT.



Itinerário-Esboço. De Benguela ao Sambo por Caconda. Pelo Tenente Luís Augusto de Pina Guimaraes. s.d. [1903].



Esboço da Capitania-Mór do Cuanhama [1919].